

**“A CHEGADA DO ESTRANHO”: MINERAÇÃO, CONFLITOS
SOCIOTERRITORIAIS E RESISTÊNCIA A PARTIR DAS
COMUNIDADES CAMPONESAS NO MUNICÍPIO DE CURRAL
NOVO – PI**

**“THE ARRIVAL OF THE STRANGE”: MINING, SOCIAL AND
TERRITORIAL CONFLICTS, AND RESISTANCE FROM THE
PEASANT COMMUNITIES IN THE MUNICIPALITY OF
CURRAL NOVO - PI**

**“LA LLEGADA DE LOS EXTRAÑOS”: MINERÍA, CONFLICTOS
SOCIOTERRITORIALES Y RESISTENCIA DE LAS
COMUNIDADES CAMPESINAS EN EL MUNICIPIO DE CURRAL
NOVO – PI**

Antonio Eusébio de Sousa¹
sousa.eusebio1@gmail.com

RESUMO: O Presente texto traz reflexões sobre a realidade dos conflitos socioterritoriais e as ações que estão sendo desenvolvidas junto aos territórios camponeses do estado do Piauí, que enfrentam, resistem e/ou trabalham com pesquisa para exploração mineral. Para tal objetivo, recorreremos à busca de documentos junto a CPT – Comissão Pastoral da Terra, pesquisa bibliográfica e registros de relatos de camponeses que residem nas áreas atingidas. As observações apontam para as regiões Sudeste e Sudoeste do estado do Piauí, com destaque para os territórios Serra da Capivara e Vale do Itaim, onde as comunidades convivem com conflitos frente ao macro projeto planalto Piauí, onde diversas empresas iniciaram o processo de pesquisa mineral. Os conflitos mais intensos ocorrem com a Empresa Brasil Exploração Mineral S.A. BEMISA, com pesquisa para exploração de minérios de ferro em territórios de camponeses e quilombolas do município de Curral Novo do Piauí.

Palavras-Chaves: Mineração; Conflitos; Território Camponês;

ABSTRACT: This text brings reflections about the reality of the social and territorial conflicts and the actions that are being developed with the peasant territories of the state of Piauí, which face, resist and / or work with research for mineral exploration. For this purpose, we resorted to searching documents with the CPT - Pastoral Land Commission, bibliographic research and records of reports of peasants who live in the affected areas. Observations point out that the Southeast and Southwest

¹ Doutorando em Geografia pela FCT – UNESP de Presidente Prudente – Professor rede Municipal de Ensino Picos – PI e SEDUC – PI.

regions of the state of Piauí, with emphasis on the Serra da Capivara and Vale do Itaim territories, that communities live with conflicts related to Piauí plateau macro project, where several companies started the mineral research process. The most intense conflicts occur with the company Brasil Exploração Mineral S.A. BEMISA, with research to explore iron ore in peasant and quilombos territories in the municipality of Curral Novo in Piauí.

KEY WORDS: Mining; Conflicts; Peasant Territory;

RESUMEN: Este texto trae reflexiones sobre la realidad de los conflictos socio-territoriales y las acciones que se están desarrollando con los territorios campesinos del estado de Piauí, que enfrentan, resisten y / o trabajan con la investigación para la exploración minera. Para ello, se recurrió a la búsqueda de documentos con el CPT - Comisión Pastoral de Tierras, búsqueda bibliográfica y registros de informes de campesinos que habitan en las áreas afectadas. Las observaciones señalan que las regiones Sudeste y Sudoeste del estado de Piauí, con énfasis en los territorios de Serra da Capivara y Vale do Itaim, que las comunidades viven con conflictos frente al macro proyecto de la meseta de Piauí, donde varias empresas iniciaron el proceso de investigación mineral. Los conflictos más intensos ocurren con la Empresa Brasil Exploração Mineral S.A. BEMISA, con investigación para explorar mineral de hierro en territorios campesinos y quilombolas en el municipio de Curral Novo do Piauí.

PALABRAS CLAVE: Minería; Conflictos; Territorio Campesino;

INTRODUÇÃO

Vivemos em grande parte do território brasileiro, especialmente no estado do Piauí, com a chegada de grandes projetos do capital, a violação dos direitos humanos e dos conhecimentos tradicionais em nome de um suposto interesse público com discurso da chegada do desenvolvimento. Contrapondo a esse modelo, existe a luta e resistência das comunidades tradicionais camponesas, que à medida em que o capital avança no campo, crescem os conflitos de diversas naturezas e a violência do Estado para atender as demandas de políticas do capital seja nacional ou internacional, cuja pauta se baseia nas políticas de geração de commodities por meio de apropriação de recursos naturais.

Nessa seara do desenvolvimento, o setor minerário, a monocultura da soja, energia eólica dentre outros detentores do capital privado tem recebido um grande incentivo do Estado para implantação de megaprojetos em todo o território brasileiro, com a construção de infraestrutura a exemplo das ferrovias e minerodutos, além da flexibilização das leis sobretudo as ambientais, visto isto que a mineração se constitui em prática que causa grandes impactos ao meio ambiente.

Fica evidente que estamos em meio a uma disputa territorial representada por dois modelos de desenvolvimento, sendo um representado pelas famílias camponesas que lutam e resistem pela garantia de seus direitos socioculturais e permanência em suas propriedades e outro do capital representado pelas grandes empresas que chegam e procuram expropriar famílias, agredem o meio ambiente e os animais. Nos últimos anos este projeto do capital se intensifica com o avanço das pesquisas minerais.

Os conflitos envolvendo as comunidades camponesas nos dias atuais vão para além do latifúndio e distribuição de terras. Segundo Oliveira (1991), as questões que envolvem o campo brasileiro são frutos do desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua fase monopolista.

O Estado do Piauí não difere da conjuntura nacional, nas últimas décadas o governo do Estado tem proporcionado incentivos a grandes empresas por meio de infraestrutura para viabilizar a instalação de grandes projetos de mineração e, conseqüentemente impulsionado inúmeros conflitos e tensões, dentre os vários projetos de mineração em fase de pesquisa, destaque para essa investigação o projeto Massapê – Manga Velha para extração de minério de ferro, que logo na sua fase inicial já é responsável por um grande número de conflitos indo desde a ameaça a expropriação de família e, em eventual instalação a desterritorialização total de diversas comunidades. Esses conflitos provocados pela implantação dos grandes projetos, atinge populações camponesas na sua maioria do município de Curral Novo, incluindo ainda parte de comunidades dos municípios de Simões, Betânia do Piauí e Paulistana.

Na perspectiva teórico-metodológica, buscando verificar a configuração dos fenômenos em investigação, utilizou – se a pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (2016, p. 20) “responde a questões muito particulares, ela se ocupa, dentro das ciências sociais, com o universo dos significados, dos motivos das atitudes. O trabalho deu - se por meio de leituras e busca de documentos, conversas informais, relatos de experiências, vivência nos diversos momentos de formação e mobilização e observação participante. este trabalho se constitui de pesquisas e reflexões numa junção da trajetória das ações do trabalho da CPT - PI e dos momentos de pesquisa do doutorado em Geografia em andamento da Universidade Estadual Paulista – UNESP Campus de Presidente Prudente.

Nosso estudo teve como foco a região do município de Curral Novo por considerar o espaço piauiense onde os processos de pesquisa encontram num estado mais avançados e

os conflitos entre o capital privado representado pela Empresa Mineradora, o capital estatal representado pelo Estado e as famílias atingidas intensificam.

Este trabalho foi estruturado em três seções, a primeira faz um estudo sobre a questão agrária, conflitos e os mecanismos de reprodução do capital, a segunda aborda sobre a expansão da pesquisa mineral em comunidades camponesas no espaço piauiense e a terceira destaca a questão da resistência territorial camponesa como elemento central da luta na terra contra a mineração.

QUESTÃO AGRÁRIA E OS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NOS MECANISMOS DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Antes de alcançarmos os mecanismos de reprodução do capital no campo, consideramos importante sinalizar alguns elementos formadores do território agrário brasileiro. Um território que se forma sob a lógica das sesmarias, dos grandes latifúndios, cujo campesinato, e também os indígenas e negros que sempre trabalharam às custas de uma lógica perversa de exploração. Comunidades camponesas que com toda a ofensiva capitalista têm tentado forjar/desenvolver outras formas de sociabilidade onde se visibilizem outros sujeitos, atuantes com os subalternos.

Não há como pensarmos o desenvolvimento territorial brasileiro sem conhecermos sua estrutura agrária e consequências dessas na contemporaneidade.

Entendendo que com o surgimento da lógica do desenvolvimento capitalista no campo, surge diversos conflitos sociais, dessa forma proponho a discussão dessa realidade a partir da concepção de questão agrária. Fernandes (2013) destaca que compreender a questão agrária está entre os maiores desafios dos pesquisadores das ciências humanas.

Para Fernandes (2013 p 204) “A questão agrária compreende as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política. A questão agrária é, antes de tudo, uma questão territorial”. De posse desse conhecimento, entendo que o campo na sua história vive-se dois processo, primeiro como espaço, produção e reprodução da vida caracterizada pela posse e uso da terra pelos camponeses, segundo como meio de exploração e subordinação das classes que historicamente tiveram posse da terra e passa a ser objeto do capital, com isso, o conflito está configurado. Como afirma Fernandes (2013) a questão

agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz, simultaneamente, a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria.

Os embates dos conflitos socioterritoriais se configuram no campo brasileiro, com a inserção do capital mercantilista europeu, Kautsky (1986, p. 13) considera que “o capitalismo ao penetrar nos campos, promove o fenômeno da concentração da riqueza, como ocorre na indústria”. Dessa forma o capital impõe sua ideologia e, o trabalhador necessita do mesmo para garantir a sua sobrevivência, desconsidera que ao longo de sua história os mesmos garantiram através de seus modos de vida e existência.

Neste sentido, Oliveira (1999), nos ajuda a compreender que desde o fim do século passado o campo brasileiro vem apresentando as marcas de dois processos: de um processo de industrialização da agricultura e de um processo de expansão da agricultura. Assim, ora nos encontramos em situação em que os monopólios se territorializam (industrialização da agricultura), ora nos encontramos em situação em que os territórios se monopolizam (expansão da agricultura) e (des) territorializam os camponeses. Esses processos complexos trazem consigo uma profunda contradição quando se trata da forma de funcionamento do capitalismo, em que o capital se utiliza da apropriação privada de recursos territoriais para se reproduzir. Este processo foi denominado de acumulação primitiva do capital.

Para entendermos mais claramente essa questão vamos, de forma geral retomar em Marx o sentido original desta noção trazendo-a para a atualidade.

Marx (apud, Bottomore, 2001), analisando as leis do desenvolvimento da produção pelo capital volta sua atenção para o processo pelo qual o capitalismo se afirmou historicamente, para isso precisou entender como se deu o processo de transição de um modo de produção para outro, ou seja, como um conjunto de relações de produção entre classes se transforma em outro (pensando no processo da transição do feudalismo para o capitalismo).

A resposta de Marx (Bottomore, 2001) é que as relações de produção, originalmente de predominância agrícola, acarretavam aos camponeses a propriedade dos principais meio de produção como, por exemplo, terra. O capitalismo só pode se afirmar esbulhando os camponeses de sua terra. Assim, a origem do capitalismo encontra-se na transformação das relações de produção no campo gerando diversos conflitos materializado por meio da violência.

Feliciano (2015, p.89) menciona “A prática do uso da violência se manifesta de forma materializada ou simbólica, visto que estes sujeitos estão questionando a propriedade privada da terra e/ou então apenas tentando (re)existir”. Em meio a esse campo de disputa, foi concebido um conjunto de concepções que designam as violências práticas, gerando os conflitos no campo. Para Fernandes (2014, p 174) “Conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente”

Se a questão agrária está amplamente difundida no campo brasileiro é possível identificar que tem aumentado a violência no campo, a concentração fundiária, a pobreza e, como consequente o êxodo rural, gerando as lutas e resistência. Segundo Oliveira (2007)

A Reforma Agrária aparece na História, em geral, relacionada simultaneamente, às lutas, revoltas ou mesmo revoluções camponesas, e às ações de governo visando modificar a estrutura agrária de regiões ou países. No primeiro caso, a ideia central de reforma agrária está mais relacionada a ideia de revolução agrária, enquanto que no segundo, está mais relacionada a ideia de reforma propriamente dita. (p 67).

Brandão (2010), ao analisar o movimento do capital contemporâneo compreende que a acumulação primitiva do capital, que abre caminho à reprodução ampliada deixa de ser revolucionária, embora seja ainda radical, porém não perde seu caráter de esbulho e de expropriação, visto que:

[...] baseiam-se na dominação e predomínio da força bruta, cometendo atrocidades legitimadas pelo monopólio da violência presente no próprio aparelho estatal. A usura, a predação e a expropriação, as manobras especulativas etc. são seus instrumentos ordinários, não excepcionais. O tomar domínio de bens públicos, assenhorear-se e apoderar-se de propriedades e patrimônios públicos e privados em nome do progresso geral da sociedade são práticas regulares em toda história do capitalismo. (Brandão, 2010, P.45).

Portanto, a forma de acumulação primitiva é permanente e se dá na forma de acumulação por espoliação.

Pensando o processo de desenvolvimento do Brasil em que na maioria dos casos ocorrem e sua relação desigual e combinado, mesmo inter-regional, os métodos utilizados não deixam nada a desejar em sua violência daqueles descritos por Marx durante o processo de acumulação primitiva originária (Brandão, 2010). A violência se manifesta na expropriação e supressão de camponeses de suas atividades domésticas e de produção e distribuição solidárias; na geração de uma massa redundante de proletários destituídos de propriedade;

nos subterfúgios e mecanismos de exploração (territorial, de classe, de atributos naturais, etc.); no uso do território e de seus recursos minerais, água, energia, etc., até exauri-los; na apropriação do espaço urbano (de sua intra e interurbanidade) como lócus privilegiado da acumulação espoliativa; na expropriação do patrimônio público pela via das privatizações e no uso geopolítico do território; na descartabilidade de territórios, pessoas, instituições; no abuso dos saberes comunitários tradicionais. Estas seriam as marcas da experiência brasileira de rápido crescimento econômico.

Neste sentido, o território, como forma de apropriação material dos recursos, como lócus de imposição de um espaço político e econômico e como operacionalização de um projeto de desenvolvimento capitalista, é elemento essencial para a elevação da taxa de lucro dos estrategistas da mineração, do agronegócio e da hidroenergia, setores que se articulam e se hegemonizam na apropriação dos territórios, lócus de estudos dessa pesquisa. Nos diversos espaços do território piauiense, há um conjunto de iniciativas de ampliação e/ou de viabilização de projetos minerários com maiores destaques o projeto Planalto Piauí, no município de Curral Novo, Simões e Paulistana, SRN Mineração nos municípios de São Raimundo Nonato – PI e Piauí Níquel no município de Capitão Gervásio Oliveira e, projetos estruturais por exemplo a Ferrovia Transnordestina.

Nestes lócus onde atuamos, podemos perceber que esses projetos implementam a extensão constante da divisão do trabalho, fragmentando as tarefas, e, na medida em que estas se tornam cada vez mais mecanizadas, há menores possibilidades para o trabalhador refletir sobre elas e organizar seu próprio trabalho, colocando enclave na dinâmica de reação dos sujeitos que sofrem o processo de espoliação de suas vidas, impedindo ainda que se vejam como trabalhadores, ou ainda desconsiderando sua sociabilidade camponesa e o desenvolvimento cultura local.

No Nordeste brasileiro, desde as sesmarias tivemos uma estrutura agrária desigual em que tínhamos uma relação combinada entre os sesmeiros e os posseiros. Relações essas de compadrio e patronagem que “favoreceu rapidamente o processo de reconhecimento das propriedades da terra”; poucas terras devolutas; “terras fechadas”.

Correspondendo a 18% do território brasileiro (IBGE – 2000), a região Nordeste foi a primeira de ocupação demográfica deste país que no período colonial teve na cana-de-açúcar, na pecuária e no algodão a sua estrutura econômica e escravocrata a fim de atender as demandas do mercado externo. E a partir da segunda metade do século XIX esse cenário

muda com o surgimento da indústria têxtil e o avanço da urbanização, sendo a região nordeste a principal alimentadora de “gentes” e de matéria prima para esse momento de industrialização do país, bem como para os momentos seguintes. É sob esse bojo que estão situadas a proposta de mineração no estado do Piauí.

EXPANSÃO DA PESQUISA MINERAL EM COMUNIDADES CAMPONESAS NO ESPAÇO PIAUIENSE.

A história da exploração mineral no Brasil começa praticamente junto com a chegada dos colonizadores. Os portugueses estavam interessados especialmente no ouro; sua cobiça foi intensa e insaciável. Pela busca de riquezas eles devastavam o que encontravam pela frente e ao mesmo tempo escravizavam e exterminavam os povos nativos. Não havia limites para exploração.

No início dos anos 2000, o governo brasileiro elaborou o Plano Nacional de Mineração (PNM – 2010-2030) com o objetivo de nortear as políticas de médio e longo prazo que possam contribuir para o setor mineral ser um alicerce para o desenvolvimento do país nos próximos 20 anos. A preocupação do governo não é o impacto ambiental e social, mas o modo como vai expandir ainda mais a exploração mineral, por isso, avalia que é necessário diversificar as exportações.

No estado do Piauí, configura-se a mesma proposta do Governo Federal. No ano de 2004, o governo do estado por meio da Fundação CEPRO, publicou o documento denominado de “Mineração do Piauí”, o documento expõe o diagnóstico e as diretrizes para o setor mineral do estado do Piauí, e se escreve nesse processo sobre prospecção e exploração. Se discute a respeito do recurso mineral inferido, em que os valores – teor, tonelagem, volume ou qualidades – apresentam baixa confiabilidade, em virtude da própria limitação de conhecimentos. Mas também se discute e se escreve sobre fatos mineralógicos concretos, com nível de confiabilidade satisfatório.

Conforme análise do documento fica evidente que esses estudos envolvem a infraestrutura viária, energética e de abastecimento d’água existente, projetada e necessária ao aproveitamento mínero-industrial dos Polos de Mineração, importante mencionar ainda que, para além do potencial econômico que o projeto apresenta, em algumas partes do documento menciona aspectos relacionados aos impactos ao meio ambiente, apresenta

preocupações, porém não se visibiliza proposta concreta nesse aspecto, o que torna mais grave no nosso ponto de vista, é que em nenhum momento o estudo destaca os impactos sociais e culturais na vida da comunidade, nem mesmo um estudo prévio da realidade da vida do povo.

Para a realização do diagnóstico, o documento apresenta os diversos polos de produção mineral que vem sendo desenvolvido no estado, e aponta seus destaques positivos, porém, em nenhum momento menciona os aspectos negativos, nem mesmo os ambientais que é visto como preocupação. Dentre os diversos exemplos citados o documento destaca que foram delimitados os Polos de Mineração de Gemas, quando floresceram os garimpos de diamantes na região de Gilbués e Monte Alegre do Piauí. Importante, é uma região que hoje apresenta em processo de desertificação, inclusive com visibilidade nacional, mas em nenhum momento esse destaque aparece.

A pesquisa para a implantação de projeto mineral no estado do Piauí tem crescido a ritmo acelerado tanto em autorização para realização de mapeamento e pesquisa com sondagem para a identificação do potencial mineral de cada área mapeada, até mesmo a autorização de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental e, posterior concessão das Licenças ambientais: Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação, autorizadas apenas pelo poder do Estado, excluindo-se os moradores locais das discussões e decisões.

Forte campanha de marketing, são realizadas pelos órgãos do Estado em nome do desenvolvimento e geração de emprego e renda e, numa relação capital e Estado oferecem às comunidades compensações através de benefícios e ações de incentivo ao empreendedorismo, melhoria da estrutura educacional e de saúde, espaço de organização local como associação, igreja entre outros, como forma de convencimento da população local por meio de suas organizações.

A mineração tem sido tratada pelo Estado brasileiro como uma atividade de interesse público, utilizando para tal recursos em infraestrutura e incentivos fiscais, tendo como parâmetro principal o crescimento econômico. Coelho (2014 p. 05) aponta que “a extração de minérios produz uma valiosa commodity para investidores de fora, nada ou quase nada de útil para a população local”. Desse entendimento o que tem se observado é que o Estado não exige o cumprimento das leis por parte das empresas mineradoras e, ainda impõe repressão aos grupos sociais que se opõem aos empreendimentos.

Como dito por Coelho (2014)

O discurso que legitima a atividade mineradora é exatamente uma ideia distorcida do desenvolvimento. Esse discurso consiste na retórica da criação de empregos, da captação de renda por meio dos impostos e consequentemente, do advento do desenvolvimento socioeconômico. (COELHO, 2014, p. 64).

Nas últimas décadas o plano de mineração se intensifica a partir do projeto Planalto Piauí que, por sua vez mapeou praticamente todo o Estado do Piauí, sendo as regiões mais atingidas as do território Serra da Capivara e Vale do Itaim.

A região formada pelo município de Paulistana e demais municípios vizinhos no território Vale do Itaim estão sendo consideradas pelo Governo do Estado e por setores do Capital privado como a nova fronteira mineral do Estado. No município de Curral Novo do Piauí está localizada a maior reserva de minério de ferro do estado, o que tem atraído interesses de empresas mineradoras para a região. Desde 2008, a empresa Brasil Exploração Mineral S. A. (BEMISA) vem desenvolvendo pesquisas exploratórias na área. Este projeto vincula-se ainda à ferrovia Transnordestina, também em implantação, da qual fará uso para escoar sua produção.

Em todas as regiões alvo dessa pesquisa sobretudo no município de Curral Novo do Piauí, é gerado um cenário conflituoso provocado pela atividade mineradora envolvendo entre outros: populações tradicionais camponesas, pequenos proprietários, assentados da reforma agrária e quilombolas, afetando de forma geral população urbana e rural que habita territórios na área de influência da mineração. Peret (2016, p. 196) argumenta que “a mineração se apropria da terra, da água, e do ambiente, causando impactos negativos e violando direitos humanos”.

Os conflitos surgem e intensificam devido a imposição dos modelos de desenvolvimento que além de não atenderem as necessidades das comunidades, são ações postas numa relação capital e Estado sem que haja um diálogo entre as mesmas, modificando as paisagens e os modos de vida. Como dirá Fernandes (2013);

A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e consequentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento. (p 179)

Tal crescimento das pesquisas e os avanços nas demais fases do projeto mineral vem provocando a resistência progressiva das populações impactadas, principalmente as comunidades camponesas tradicionais e quilombolas, que têm se organizado para impedir que essa atividade se aposses de seus territórios, expropriando de suas terras e/ou piorando sua qualidade de vida.

O município de Curral Novo tem tradição agrícola e abriga diversas comunidades camponesas, que estão tendo suas terras ameaçadas pelo avanço da mineradora. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), no relatório anual de atividades realizado em dezembro de 2014, enquanto o governo estadual comemora o fato do potencial produtivo de minério de ferro da região, “várias comunidades tradicionais camponesas e quilombolas se preocuparam com os inestimáveis danos socioambientais que a extração mineral pode gerar como já acontece com as obras da Ferrovia Transnordestina que passam pela região”.

As famílias camponesas de Curral Novo, dentre elas a comunidade quilombola Caititu e as comunidades tradicionais camponesas Baixio dos Belos, Lagoa do Ovo, Sítio do Juá, Manga Velha, Riacho, Paredão, Palestina, São José, Ariti, Curitiba, Cachoeirinha e outras, denunciam que vêm sendo abordados agressivamente por funcionários da empresa mineradora. As famílias encontram-se sob ameaça de perda de suas terras, que garantem suas sobrevivências.

Nos processos de implantação de projetos de mineração, a violência se materializa das diversas formas. As violências materiais e simbólicas, intrínsecas à expansão das fronteiras minerárias, somam – se as violências epistêmicas (Rigotto, Zhouri et al, 2018, p. 10). Nesse período sobretudo durante as pesquisas minerais e negociações das terras onde passa o trecho da Ferrovia Transnordestina, representantes das empresas apresentavam as famílias numa relação de poder e dominação impondo sua visão e autoridade.

Neste cenário, o caso de conflito que aqui se apresenta está relacionado com a implantação do Macro Projeto Planalto Piauí, com destaque o projeto Massapê – Manga Velha de responsabilidade da Brasil Exploração Mineral S.A. (BEMISA), empresa integrante do Grupo MT4 Participações e Empreendimentos S/A. O empreendimento, com custos de cerca de 3,4 bilhões de reais, prevê a instalação de uma indústria de mineração de ferro com sede no município de Paulistana com ações e impactos nos municípios vizinhos Curral Novo do Piauí e Simões.

O projeto terá produção anual de 15 milhões de toneladas de Pellet Feed Fine (minério de ferro de granulometria especial), e, qualidade Premium. Para isso, o empreendimento já obteve outorga de captação de 15 milhões de metros cúbicos de água da Barragem de poço do Marruá, no município de Patos do Piauí, da Agência Nacional de Águas (ANA). Este montante de água corresponde a 5% da capacidade total da barragem.

Esse caso apresenta grande contradição, pois, enquanto se vive um semiárido seco, buscando várias alternativas, o governo justificava a construção da barragem poço do Marruá para o abastecimento de água dos municípios da região, hoje isso se encontra ameaçado, pois a água, em uma eventual concretização do projeto, passará a ser utilizada a benefício do mesmo, conseqüentemente as famílias não terão mais acesso a ela.

Malerba (2015 p 80). Destaca,

Além de usar muita água no processo de beneficiamento do minério, a implantação das infraestruturas de escoamento, em especial os minerodutos, deverá aumentar a pressão sobre o uso da água. Exemplos concretos de Minas Gerais. Junto os sete minerodutos consumirão 8.170 milhões de metros cúbicos, quase metade de toda de toda água consumida mensalmente por Belo Horizonte que corresponde a 18.403 metros cúbico (IBASE, 2012). MALERBA 2015 p 80.

Este projeto se vincula à instalação da Ferrovia Transnordestina. O empreendimento da BEMISA, localizado a seis quilômetros da ferrovia, fará uso da estrada de ferro para escoar sua produção para os portos de Suape, na Região Metropolitana do Recife e de Pecém, em Fortaleza, que têm capacidade de receber navios de grande porte. Já foram assinados termos de entendimento entre a BEMISA e a Transnordestina, além de já estar cadastrada a BEMISA como usuária-dependente da ferrovia junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Em meio aos conflitos e ameaças dos direitos, as comunidades camponesas da região seguem se organizando para estabelecer suas estratégias de enfrentamento ao avanço das mineradoras sobre suas terras. As mesmas contam com apoio da Comissão Pastoral da Terra e da Diocese de Picos, além, de parceria com diversos movimentos sociais dentre estes, organização das Comunidades Quilombolas, MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), além, de organização sindical, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curral Novo do Piauí.

É importante destacar que o processo da BEMISA não segue os trâmites legais, a começar pela primeira audiência pública destinada a tratar das questões ambientais e da Licença de Instalação (LI), que aconteceu em Paulistana mas a maioria das famílias atingidas são moradores de Curral Novo, por isso, o que viu -se na reunião foi uma baixa, participação

dos principais atingidos. Outro fato marcante conforme no depoimento de moradores que participaram da audiência foi o fato de que os mesmos não tiveram direito à voz, sempre eram impedidos de falar, ficando apenas ouvindo as propostas sem direito a devida defesa.

Desde 2007 a empresa mineradora BEMISA (Brasil Exploração Mineral S.A) chegou à região de Curral Novo com o propósito de implantar o “Projeto Planalto Piauí”, para exploração de minério de ferro, impondo aos moradores uma única alternativa: vender ou desocupar as terras para executar a extração de ferro, cuja operacionalização estava prevista para o ano de 2016. As famílias que moram na área de mineração reclamam que sentem pressionadas por pessoas que se apresenta como representantes da BEMISA, insistindo para que vendam suas terras. Conforme a CPT – 2017, no ano de 2016, o estado do Piauí registrou a existência de 34 conflitos envolvendo 1.434 famílias, desses conflitos, 14 envolvendo a questão da mineração. Ao longo dos anos seguintes os conflitos permaneceram, porém, relacionados a mineração, em virtude da organização da população e outros fatores que não dispomos de conhecimentos, os conflitos continuaram, porém, reduziam sua proporção.

Os conflitos que estabelecem no estado do Piauí, mantém uma relação com a mesma estrutura nacional. O levantamento mais recente dos conflitos agrários no Brasil realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) informa que das 135 ocorrências registradas em 2015 no relatório conflito pela água, 76 envolve mineração. (MALERBA, 2015, p. 80).

O cenário de conflitos por mineração se materializa no cenário de violência envolvendo um conjunto de sujeitos, como esclarece Zhouri (2018),

A desregulação socioambiental em curso tem sido acompanhada por variadas formas de violência, as quais caminham lado a lado com processos que visam a despolitização e a criminalização de atingidos, movimentos e grupos engajados na resistência à mineração, além de pesquisadores críticos. (p 10).

As populações humanas que habitam as regiões onde os projetos foram instalados ou estão em fase de pesquisas pelas empresas são famílias camponesas constituídas por agricultores, pescadores, posseiros, quilombolas, que perdem ou estão ameaçadas de perder áreas utilizadas para a plantação, criação de animais, caça e pesca.

Os prejuízos causados no processo de instalação dos grandes empreendimentos, no espaço piauiense são justificáveis pelo o Estado para o conjunto da sociedade perante o bem que trazem à população como um todo, denominado de desenvolvimento.

A realidade piauiense carrega uma série de violações de direitos humanos. No interior do estado, são vividos intensos conflitos relacionados à sobreposição de terras

constitucionalmente protegidas, a exemplo de comunidades quilombolas e outras comunidades camponesas, as quais sofrem pressão para retirada das famílias imposição de culturas diferentes, interferência de outros sistemas no direito proporcionando uma relativização do processo administrativo e judiciário necessário em qualquer licenciamento de obra ou atividade empresarial e gigantescas contradições encontradas nos relatórios de Impactos Ambientais. Dessa forma, cria-se um campo de disputa e insegurança para as famílias camponesas. Neste contexto, a atividade mineral tem sido, crescentemente, percebida como invasiva e ameaçadora à qualidade de vida.

Diante do quadro dessa realidade, sistematizado por meio dessa pesquisa surge a necessidade de intensificar o fortalecimento do trabalho já existente nas comunidades camponesas voltado para a questão da resistência e do enfrentamento aos problemas onde a vida humana seja o centro.

RESISTÊNCIA TERRITORIAL CAMPONESA COMO ELEMENTO CENTRAL DA LUTA NA TERRA CONTRA A MINERAÇÃO

Na história da luta pela terra no Piauí, os conflitos e a constituição da realidade agrária foram se dando em vários momentos, são uma história secular. Para Dias (2014, p. 201) a memória histórica dos movimentos sociais do século XIX, sobretudo os de caráter popular, foi adulterada e praticamente apagada. E quando esses movimentos apareciam, eram mostrados como obra de bandidos ou assassinos, para não deixar traços, conotação social ou força política, a exemplo do que ocorreu com a Balaiada² onde muitos camponeses participaram do processo, porém, a história oficial não faz esse registro.

Os problemas agrários e territoriais não são recentes, eles vão surgindo à medida que outros sujeitos vão aparecendo no campo sem respeitar a cultura do povo e do território o qual será implementada a ação. Fernandes et. al (2009, p. 23) considera que desde o final dos anos 70 as lutas no campo tiveram um papel central tanto no processo de redemocratização do país, quanto para colocar na pauta política temas que muitos consideravam desatualizado.

Em meio ao conjunto de contradições postas no campo, evidencia que a diversidade do campesinato brasileiro representa um desafio, já que expressa a construção histórica de

² Luta popular que acentuou na província do Maranhão, com participação do Piauí durante os anos de 1838 e 1841. A revolta surgiu como um levante social por melhores condições de vida e contou com a participação de vaqueiros, escravos e outros desfavorecidos.

uma identidade sociocultural por parte de inúmeras comunidades tradicionais. A diversidade assim deve ser vista como uma forma de resistência política que traduz a necessidade de criar condições para que a vida se desenvolva.

Na dinâmica das comunidades camponesas que têm a resistência como elemento central é necessário a união de todas as forças, unir aos semelhantes para sobreviver, sobretudo nos momentos de enfrentamento aos modelos vigentes postos no campo.

Para Mendras (1978, p. 86) cada sociedade camponesa organiza suas coletividades locais segundo modelos particulares que constituem a característica intrínseca de sua civilização, e um dos principais objetos para uma sociologia do campesinato é a análise desses modelos.

Se estamos buscando a preservação e a expansão da vida por meio dos costumes e tradições do jeito de ser e viver por meio de forma coletiva e integrada no meio que nos cerca, então é presumível concluir que cada indivíduo, como participante de um grupo social que tenta sobreviver, faz da cultura algo que nasce com esse povo e revela sua forma de vida e de compreensão de existência e (re)existência.

O espaço de análise desse trabalho foi a região sudeste piauiense, tendo como lócus os municípios de Cural Novo do Piauí e Simões. A base de estudo foram as comunidades de maior incidência de ações dos dois macroprojetos de pesquisa mineral e a Transnordestina.

Para resistir à luta por seus territórios, as famílias camponesas usam suas armas de resistência que consistem no conjunto de seus ritos, conhecimentos e formas de expansão que compõem aquilo que chamamos de cultura. No caso específico das comunidades objeto dessa pesquisa podemos destacar como armas, as formas de se reunirem, de rezar, de cuidar da natureza, o comportamento familiar, o jeito de cultivar a terra, de caçar, as devoções e a produção e reprodução da vida, tais práticas fortalecem a necessidade de permanência na própria comunidade para tanto passam a lutar e enfrentar o modelo posto pelo capital. Durante os anos de 2013 a 2019 ocorreram diversos momentos de resistências entre estes, manifestações, protestos, elaboração de documentos, audiências, pressão junto a órgãos públicos, judiciário e empresas.

O reconhecimento desse fato nos coloca diante de um universo de possibilidades de aprendizado e de revisão dos valores e mediações adotadas dentro de cada cultura. Um dos exemplos que podemos destacar é o modo como cada povo vê a natureza e seus elementos.

O modelo de reprodução do capital no campo brasileiro envolve diversos espaços, o avanço do capital não tem fronteiras. Dessa realidade surge a necessidade de organização camponesa. A partir da cultura surge as diversas formas de organização como um verdadeiro mecanismo de luta e enfrentamento. No Brasil contemporâneo, essas lutas se intensificam com as ligas camponesas e depois vão surgindo outros movimentos sociais no campo com MST, MPA, Quilombolas, Indígenas e outros.

Na região, desse estudo, a organização das comunidades ganha força através da teologia da libertação³, como modelo de evangelização e luta desenvolvido pelas comunidades, início dos anos 1980 com missão sindical, romaria da terra, romaria da seca e outros. Nesse espaço vão surgindo os vários movimentos de apoio. Outras organizações em defesa dos direitos das comunidades camponesas surgiram a partir das CEBs.

É importante destacar o que significaram esses instrumentos de luta e resistência camponesa do início dos anos 1980, período da ditadura militar.

As romarias também foram uma forma de unir todo o povo que em nome da fé para rezar, passava naquele mesmo espaço a construir mecanismos de luta e reivindicação de seus direitos.

O surgimento dos movimentos sociais e a participação ativa da CPT a partir dos anos 1970 são um marco importante na consolidação da resistência dos camponeses e camponesas na região, e o que temos hoje é fruto dessa história.

Oliveira (2007, p. 137) afirma que em defesa dos índios nasceu o CIMI – Conselho Indígena Missionário e em defesa dos posseiros e colonos, a CPT - Comissão Pastoral da Terra.

Dessa forma a luta e a organização camponesa na região inicia com as CEBs, seguido pela CPT e depois pelos grupos mais específicos como MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), Organização das Comunidades Quilombolas e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

A resistência camponesa tendo como base as CEBs ocorreu em diversas partes do Nordeste. Conforme Dourado (2015) os anos 1970, considera um marco no tocante a questão agrária no Médio São Francisco, cresce a organização camponesa, com incentivo da

³ Corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, que parte da premissa de que o evangelho exige a opção preferencial pelos pobres.

igreja motivado pela Teologia da Libertação, as comunidades se organizavam através das CEBs e depois da CPT.

Dourado (2015) destaca ainda que nos anos 2000 foram marcados por tensões e revoltas, no tocante as organizações sociais envolvendo o acesso a água no Nordeste semiárido, devido ao resgate do projeto de transposição do rio São Francisco, e mais uma vez ocorre resistência das comunidades camponesas e o envolvimento de setores da igreja, com destaque para o jejum de Dom Luís Cappio.

A luta dos camponeses no Piauí é marcada por um conjunto de ações e conquistas, desde o inicia motivada pela fé e movida pelos desafios, vai crescendo e dando origem ao conjunto de movimentos. Durante cada período a conjuntura exige diferentes formas de enfrentamento e organização. Importante destacar que as lutas e conquistas atuais são frutos dessa história.

Dentre muitas ações de resistência; aos grandes projetos, apresentamos os enfrentamentos, inclusive com ações e resultados concretos destacando de início as comunidades quilombolas São Martim, no município de Paulistana do Piauí e Caititu, no município de Curral Novo do Piauí. Essas duas comunidades seguem vigilantes à entrada de pessoas, onde em metade do ano de 2012 e início de 2013 impediram a entrada de pessoas de Empresa não identificada supostamente pertencente a BEMISA – Brasil Mineração SA empresa responsável pela realização das pesquisas na região os mesmos impediram inclusive realização de sondagens dentro da área.

Além dos enfrentamentos citados, destacamos os principais momentos de luta e resistência a partir do início de 2013, quando avança a obra da ferrovia Transnordestina e o projeto mineral: ocupação do canteiro de obra da Odebrecht empresa responsável pela construção da ferrovia Transnordestina na cidade de Paulistana – PI, ação coletiva das famílias; resistência durante as indenizações; participação qualificada nas audiências; fechamento da ferrovia (durante e depois de concluída); conservação do patrimônio histórico; debate frente a frente com a empresa; missão nas comunidades; audiência com o governador do estado do Piauí; mesas de debates.

Outro destaque importante da resistência são as decisões coletivas daqueles que estão na luta. Nos momentos de negociação, o coletivo prevalece.

Fiscalização às indenizações foi outra luta para garantia dos direitos, uma vez que as obras da ferrovia transnordestina avançavam e, preocupados com o atraso nas indenizações,

as famílias da comunidade Caldeirãozinho permaneceram vigilantes à construção das casas, barreiros e cisternas e só liberaram o espaço para a continuidade do trecho a partir do avanço das indenizações, inclusive exigindo correção quando era necessário, sempre mantendo articuladas as famílias beneficiadas, com as demais e as organizações de apoio entre elas a CPT e a Diocese de Picos.

Diante da necessidade de organização, as famílias passaram a participar de eventos no estado e em outras regiões por saber que os desafios são grandes e necessitam de outras forças. Outro destaque importante são as várias formas de garantia de permanência na terra por meio de sua cultura e história. Um exemplo concreto é a reforma da capela da comunidade Palestina que foi construída em 1913 e nesse espaço havia a proposta da construção da barragem de rejeitos.

Reconhecemos o direito dessas comunidades de viver em seus territórios, como donos de seu destino e, sobretudo optando pelo qual tipo de desenvolvimento que elas preferem.

Diante do estudo desta realidade, concluímos que as comunidades dispõem de uma diversidade de valores culturais, sociais e ambientais; dispõe de jeito próprio de ser e viver; que o capital não respeita; onde existe uma relação direta capital e Estado e que as lutas e resistências se constituem em forma concreta da garantia dos direitos. Em meio aos conflitos, é possível identificar vários avanços e conquistas.

Importante mencionar que as lutas atuais são fruto de uma história de resistência e conquistas ao longo do tempo. Configura como dado concreto de transformação no território de forma geral; redução da presença do latifúndio, desenvolvimento de projetos de convivência com o semiárido, projetos produtivos, organização da produção, políticas públicas de diversos setores sociais, respeito aos direitos dos trabalhadores, atraso na concretização dos projetos do capital, permanência da maioria dos trabalhadores na terra, o nível de resistência das comunidades das diversas famílias camponesas com destaque para área de estudo dessa publicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades camponesas piauiense, por ser considerada por diversos seguimentos da sociedade como região pobre, atrasada, onde a população vê desassistida de

projetos, tem vivido nos últimos anos a chegada de grandes empreendimentos do capital, em nome do desenvolvimento, portanto é perceptível que esse modelo não tem trazido mudanças significativas na vida das famílias camponesas, ao contrário, tem ocasionado inseguranças e até mesmo grandes conflitos.

Nos municípios de Curral Novo e Simões o projeto de mineração Massapê – Manga Velha de responsabilidade da Brasil Mineração S/A, tem gerado conflitos no campo, antes mesmo do início de sua instalação, pois as empresas iniciaram a pressão para a aquisição de terras antes mesmo da realização da audiência para liberar a Licença de Instalação (LI), para além disso, o processo não seguiu os tramites legais no tocante as fases.

A partir de pesquisas realizadas junto às famílias atingidas pelo projeto de pesquisa mineral, através da participação em audiências, leituras de documentos e declarações verbais por parte de representantes de empresas e de pessoas de órgãos representativos do Estado, ficam evidentes as relações existentes entre os capital e Estado. Isso é perceptível quando o Estado constrói infraestrutura para atender os projetos e as justificativas apresentadas pelo poder público nos espaços de debates. Dessa forma, não é levado em consideração que o povo piauiense precisa de incentivos na agricultura familiar, na criação de seus animais, na expansão do seu artesanato e de muitas outras formas de alternativas para viver no seu próprio espaço, não se valoriza o conhecimento tradicional em sua diversidade e riqueza, mas visam-se aos lucros e ao crescimento desenfreado das grandes companhias capitalistas excludente.

Os diversos projetos minerários em curso; nos lócus de nossos estudos, são de matriz orientada para o uso intensivo da terra e dos recursos naturais e buscam viabilizar a expansão das fronteiras de acumulação, a partir da criação de condições financeiras (via financiamento público), normativas (via estabelecimento de mecanismos que garantam maior segurança jurídica aos empreendedores) e políticas, tomando para si a tarefa de redefinir as condições em que determinados territórios estarão sob vigência ou não das regras mercantis.

As populações que estão diante desses empreendimentos, mesmo as que estão em áreas cujo empreendimento ainda não foi implantado, têm sofrido os efeitos das políticas de exploração mineral, colocando os movimentos sociais diante de desafios para romper com essas contradições desses projetos e busca da unidade de ações que possibilite pensar um outro modelo de exploração da natureza e dos sujeitos que vivem nessas realidades.

Em meio à agravante provocada pelo capital através dos grandes projetos e da aliança com o Estado, vão surgindo as várias lutas e resistências por parte das famílias tradicionais que veem a cada instante seu patrimônio, sua cultura e até mesmo suas vidas ameaçadas.

A diversidade de valores e crenças de cada sujeito e o seu modo de viver tornam ainda mais significativas as lutas e resistências das famílias atingidas.

Os trabalhadores camponeses tem se organizado contra várias ações do empreendimento, a luta principal é para o barramento definitivo do projeto, para tanto a maioria das famílias resistiram a pressão e não venderam suas terras, as comunidades quilombolas conseguiram documentos que proibi até mesmo a realização de pesquisa, enfim, o projeto encontra parado desde o ano de 2015.

Diante de tudo, podemos afirmar que existem dois modelos postos no campo, um representado pelos grandes projetos do capital, destruidor da cultura, da natureza das relações sociais, em nome do desenvolvimento econômico e da concentração da riqueza vem avançando a cada instante, reforçando a concentração da terra e do capital. De outro lado, a luta representada pelas famílias camponesas que resistem a toda pressão e perseguição e conseguem exercer sua autonomia de exigir o tipo de desenvolvimento e as diversas formas de luta que preferem, e foi a partir das diversas lutas e resistência territoriais camponesas que surgiram várias conquistas, claro em meio a todo esse contexto são muitos os desafios a serem enfrentados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Alfredo Wagner Berno de Almeida e tal. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

CEPRO, Fundação. Diagnóstico e diretrizes para o setor mineral do Estado do Piauí. Teresina Piauí, 2004.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grandes Carajás**. Trinta anos de desenvolvimento frustrado. IBASE, 2014.

CPT. **Conflitos no Campo - Brasil**. A Comissão Pastoral da Terra. Goiânia: expressão Popular 2016.

_____. **Conflitos no Campo - Brasil**. A Comissão Pastoral da Terra. Goiânia: expressão Popular 2017.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Movimentos sociais do século XIX**: resistência e luta dos balaios no Piauí, Departamento de Geografia e História – Universidade Federal do Piauí. Teresina – PI 2014.

DOURADO, José Aparecido Lima. **Das terras do Sem- fim aos territórios do Agronegócio**: conflitos por terra e água no vale do São Francisco. (tese de doutorado) Presidente Prudente – SP, UNESP, 2015.

FELICIANO, Carlos Alberto. **A prática da violência no campo brasileiro no século XXI**. In: MIDITIERO JUNIOR, Marco Antonio; GARCIA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa Guedes Viana (orgs). **A questão agrária no século XXI**: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULINO, Maria Ignez (org). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições dilemas e conquista V. 2. A diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: UNESP, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Candido. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **A questão agrária no Brasil**: História e natureza das Ligas camponesas – 1954 - 1964. São Paulo. Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, B M. **Os usos da terra no Brasil**; debate sobre políticas fundiária. São Paulo. UNESPI, 2014.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1988) 1986.

MALERBA, Julianna **Mineração e questão agrária: as configurações da luta pela terra quando a disputa pelo solo se dá a partir do subsolo**. In: Conflitos no Campo - Brasil. Comissão Pastoral da Terra. Goiânia: expressão Popular 2015.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Mineração: violências e resistências ABA - aberto à produção de conhecimento no Brasil. / Andréa Zhouri (Org.); R. Oliveira et all.— 1.ed.— Marabá, PA : Editorial iGuana; ABA, 2018. 711 kb ; e-PUB

OLIVEIRA, Ariovaldo U. As relações de produção na agricultura sob o capitalismo. In: **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, A U de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. Prefácio. In: **MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Formação e Territorialização em São Paulo**. Fernandes, Bernardo Mançano. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ªEd. – São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

PÉRET, Rodrigo de Castro A. O que nos reúne é a defesa da vida, o cuidado da criação. In: **Cuidar da casa comum: chaves de leitura teológicas e pessoais da Laudato Sí/ Afonso Murad; Sinvaldo Silva Tavares – (organizadores) – São Paulo: Paulinas, 2016.**

Submetido em janeiro de 2021

Aceito em março de 2021